

Porto, 31 de maio de 2019

Candidatura ao Habitar Portugal 2012/17_Espaço Público (OA)

“Arquitetura do Espaço Público, Hoje”

1. Apresentação

Equipa de Comissariado:

- **Luís Sebastião da Costa Viegas**,
arquiteto (OA 5590),
Comissário da candidatura (lscviegas@live.com.pt; 912383000);
- **João Rodrigo Parreira Coelho**,
arquiteto (OA 7713),
(rodrigo.coelho@arq.up.pt; 938242428);
- **Rui Américo Branco da Silva Cardoso**,
arquiteto (OA 5476),
(ruiamericocardoso@gmail.com; 917536935);

Conteúdo

1.	Apresentação.....	2
2.	Curricula-Vitae da Equipa do Comissariado.....	3
2.1.	Luís Sebastião da Costa Viegas (1968).....	3
2.2.	João Rodrigo Parreira Coelho (1971).....	4
2.3.	Rui Américo Branco da Silva Cardoso (1970),	5
3.	Projeto Curatorial “Do Espaço Público, hoje”	6
3.1.	Da Contemporaneidade do Espaço Público: desígnios, âmbitos e temáticas.....	6
3.2.	Dos critérios para uma amostra representativa	8
3.3.	Da seleção	9
3.4.	Ações de promoção e divulgação	9
4.	Declarações de aceitação de Candidatura do Comissariado	11
4.1.	Luís Viegas	11
4.2.	Rodrigo Coelho	12
4.3.	Rui Américo Cardoso	13

2. Curricula-Vitae da Equipa do Comissariado

2.1. Luís Sebastião da Costa Viegas (1968).

arquitecto, licenciado em 1994 (FAUP), Mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano (FAUP/FEUP), desde 1998, e Doutor em Arquitetura (FAUP), em 2015, com a tese “Diálogos entre Arquitetura e Cidade. Por um Campo Multidimensional Operativo”. É, atualmente, Professor Auxiliar na FAUP e investigador no CEAU, desenvolvendo atividades entre a prática e a teoria, em diversos níveis da formação académica. Destas atividades destacam-se: na docência, a lecionação de Projeto 3 no curso de MIArq e a regência de Métodos de Investigação em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Doutoramento em Arquitetura; e, na investigação, a criação e coordenação científica da linha “Diálogos entre a Prática e a Didática em Arquitetura: Produção, Ensino e Investigação”, integrada no grupo Morfologias e Dinâmicas do Território do CEAU. Neste âmbito, organizou os ciclos de Aulas Abertas “Mapas e Diálogos da Arquitetura Contemporânea” (2017) e de Conferências “Território(s) da Arquitetura Portuguesa: imaterialidade e circunstância(s)” (2017); iniciou o Ciclo de Palestras “EDUCERE: Complexos, Implexos e Reflexos”; orienta um “Estudo sobre o Ensino na FAUP 2018 (1984-2018)”, criou o Laboratório de Provas Finais DiPDArq e o Projeto de Investigação “Do autor FLanhas: e-Nunciar o Espetáculo do (re)Conhecimento”; pelo CEAU integra a “Rede de Informação, Investigação e Intervenção em Arte Pública”, Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes da Universidade Católica.

Publicações: capítulo de livros e artigos sobre espaço público

Artigo “O Desenho Urbano: entre a regeneração e a renovação urbana” no II Congresso Ibérico de Urbanismo, Valladolid, out997; Artigo “Contexto, Cenário e Impacto das Operações de Reconversão Urbana em Frentes de Água”. In Mediterrâneo nº 10/11, UL, jan1997; coautor, com Nuno Portas e Nuno Grande, do artigo “L’emergenza del progetto urbano”, in Urbanistica 110, jul1998. Dissertação de Mestrado “O Projeto Urbano entre a Estratégia e a Construção da Cidade”, abr1998, FAUP; Comunicação “Quando vou à Baixa fico triste. É um deserto”, 2011, FAUP; artigo “Das competências ao conhecimento em arquitetura. O ensino universitário integrado em Bolonha”, Joelho 04, Tese de Doutoramento “Diálogos entre Arquitetura e Cidade. Por um Campo Multidimensional Operativo”, mai2015, FAUP; Conferência “Desafios sobre o Urbano”, Ordem dos Arquitectos, Delegação da Madeira, 2018; coautor da publicação/livro “Projetar o Terreno do Lima” 2016/17 (Atlas da Casa do CEAU-FAUP); publicação (no prelo) do “Relatório do Estudo sobre o Ensino na FAUP 2018 (1984-2018)”

Atividades de Curadoria, programação e produção de eventos culturais

Exposição “Cidades e Frentes de Água”. EXPO’98, Gare Marítima de Alcântara, 1998; Ciclo de Conferências (doze) “Mapas e Diálogos da Arquitetura Contemporânea” (Luís Filipe Salgado, Carlo Gandolfi, Tiago Lopes Dias (2), Rui Braz Afonso, MASSLab Diogo Rocha, Pedro Mosca & Pedro Gonçalves, Álvaro Siza, Eduardo Souto Moura, Manuel Botelho, MandaWorks Patrick Verhoeven), 2017-19, FAUP; Amostra “Da Arquitetura Contemporânea. Múltiplas visões” (trabalhos académicos, Teoria 3/MIArq), 2017, FAUP; Ciclo de Conferências (quatro) “Territórios da Arquitetura Portuguesa: imaterialidade e circunstâncias” (Aires Mateus Manuel Mateus, João Luís Carrilho da Graça, Paulo David e SAMI, arquitetos Inês Vieira da Silva & Miguel Vieira), 2018, FAUP; Ciclo de Magnas Palestras (uma) “EDUCERE: complexos, implexos e reflexos” (Mendo Castro Henriques), 2018-, FAUP; Ciclo de Conferências (seis) “ESCOLAS: complexidade e interpretação” (Carlos Prata, Carlos Guimarães, Rui Mealha, Bak Gordon, Carlos N. Lacerda Lopes, Nuno Sampaio, André Santos), 2019, FAUP; Workshops e Amostras (três) “Oficina Didática *The Thinking Hand* “Todos no Sofá” (2017, FAUP), “Chibos Sabichões” (2018, CEF-ALMaia) e “A Casa do Espaço” FLanhas, 1958-62 (2019, CEF-ALMaia); Publicação História Infantil “A Casa

donde se via o Espaço” (no prelo), Maria Moura e ilustração de Elsa Lé; Exposição “e-Nunciar Fernando Lanhas: Tópicos Desenhados”, 2019, Fundação Marques da Silva;

2.2. João Rodrigo Parreira Coelho (1971).

licenciou-se em arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 1995, onde lecciona desde 1996/97. É mestre pela Univ. Polit Catalunha e CCC Barcelona (Master “Metropolis 1999-2001). Doutorado em 2012 pela FAUP com tese intitulada “Formas e Desígnios do Espaço Público na Cidade Contemporânea. O projecto do espaço Público na construção da Cidade: Casos Portugueses”. Tem como principal área de interesse e de investigação o tema do espaço público, sobre o qual publicou artigos e participou em congressos. Obteve em 2012 o 1º Prémio da VIII Bienal Ibero-americana de Arquitectura e Urbanismo (2012) na categoria de Teses Académicas. É desde 2015 membro do painel de peritos do “European Prize for Public Space” (organizado pelo Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona). Exerce actividade profissional como arquitecto desde 1994.

Publicações: capítulo de livros e artigos sobre espaço público

2014: publica “A Few Notes to (re)Think the Design of Public Space in the Contemporary City” in ZARCH. Journal of interdisciplinary studies in Architecture and Urbanism nº 2 (# 2 Rethinking, Remaking), p. 42-51. Julho 2014. ISSN 2341-0531; 2015: publica “Reconstituting the Geographical Place: The Design of Public Spaces of Exception in the Contemporary City in Spaces in-between. (Mark Luccarelli, Sigurd Bergmann, ed), Brill, Rodopi. Leiden, Boston. 2015, p. 148-162. ISBN 2211-5846; 2016: publica “O espaço público na construção da cidade portuguesa recente: três décadas em balanço”, in GOT nº 9 - Revista de Geografia e Ordenamento do Território (Junho de 2016), p. 91-112. ISSN 2182-1267; 2017: publica “Design the city from public space: a contribution to (re)think the urbanistic role of public space in the contemporary enlarged city”, in Journal of Public Space Vol 2, Nº 1 (Janeiro 2017), p. 95-108. ISSN 2206-9658; 2017: publica “A tectónica da infra-estrutura: construir o espaço público na cidade alargada”, in Cidades, Comunidades e Territórios, Nº 34, (Junho 2017) p. 94-109. ISSN: 2182-3030.

Actividades de Curadoria, programação e produção de eventos culturais

Entre 2013 e 2018, enquanto Membro do Conselho Executivo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) responsável pela área da “Comunicação e Programação Cultural”, desenvolve trabalho de programação, e coordenação das actividades e eventos culturais que têm lugar na FAUP, designadamente, conferências, exposições e organização.

2015: coordena a montagem (incluindo tradução e adaptação do layout) da Exposição Itinerante Cidades Partilhadas - Prémio Europeu do Espaço Público Urbano 2014 (produzida pelo Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona - CCCB) que esteve patente no Átrio do Paços do Concelho da Câmara Municipal do Porto entre de 9 a 29 de Outubro de 2015.

2015: no âmbito da Exposição Itinerante Cidades Partilhadas - Prémio Europeu do Espaço Público Urbano 2014, co-organiza com Madalena Pinto de Silva e a Câmara Municipal do Porto (Pelouro de Urbanismo) a Mesa Redonda Porto - Espaço Público: 2000-2015 (Câmara Municipal do Porto, 29 de Outubro de 2015, com a participação de Manuel Correia Fernandes, Álvaro Domingues, Paulo Farinha Marques, Marta Labastida e Nuno Grande (moderação).

2017: organiza (com Marco Ginoulhiac e Ana Neiva) o IV Encontro Internacional sobre Dispositivos e Espaços Educacionais em Arquitetura - Ludic Architecture, que teve lugar na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto entre nos dias 12 e 13 de maio de 2017.

2018: co-curador e responsável (com Alberto Lage) pela concepção da exposição “Concurso Pladur 2017. Reabilitar para Habitar: Espaços Habitáveis no Porto. Ilha no Bairro de S. Victor”,

promovida pela FAUP, que esteve patente na Estação de São Bento (Porto) entre 22 de Maio e 22 de Junho de 2018.

2018: co-curador e responsável (com Raquel Paulino) pela concepção da exposição “Diploma Project” que integrou a programação da EAAE Annual Conference + General Assembly 2018, realizada na FAUP, de 17 de Agosto a 1 de Setembro de 2018.

2.3. Rui Américo Branco da Silva Cardoso (1970).

arquitecto (FAUP, 1994), mestre em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano (FAUP/FEUP, 2007) e doutor em Arquitectura (FAUP, 2016) com a tese “Desenho do Espaço Construído - a Arte do Relacionamento. Elemento e estrutura na forma e significado dos espaços urbanos – Porto”. Inicia actividade liberal em 1994. É docente de Projecto 1, na FAUP, desde 2003. Integrou diversas equipas de projecto e investigação no CEFA-UP (desde 1995) e no CEAU (desde 2011), no qual, criou e integra a coordenação científica da linha de investigação “Diálogos entre a Prática e a Didática em Arquitectura: Produção, Ensino e Investigação” (DiPDARq) nela organizando diversas actividades, com destaque para o Ciclo de Aulas Abertas “Mapas e Diálogos da Arquitectura Contemporânea”; o Ciclo de Conferências “Território(s) da Arquitectura Portuguesa: imaterialidade e circunstância(s)”; o Ciclo de Palestras “EDUCERE: Complexos, Implexos e Reflexos”; o “Estudo sobre o Ensino na FAUP 2018 (1984-2017)”, o “Laboratório de Provas Finais DiPDARq”; e o Projecto de Investigação “Do autor FLanhas: e-Nunciar o Espetáculo do (re)Conhecimento”.

Publicações: capítulo de livros e artigos sobre espaço público

PORTAS, N.; VIEGAS, L.; LAGE, A.; CARDOSO, R. A. (2008) “Projecto Urbano do Programa Polis Aveiro”, in *Paginas Brancas 2008*, AEFAUP / QuidNovi; BRAZ AFONSO, R.; VIEGAS, L.; CARDOSO, R. A. (2008) “Assessoria na Área do Planeamento Estratégico e do Urbanismo - Nisa”, in *Paginas Brancas 2008*, AEFAUP / QuidNovi; CARDOSO, Rui Américo (2012) Can we decrease the distance between architectures and city? EURAU’12; CARDOSO, Rui Américo (2016) “Desenho do Espaço Construído - a Arte do Relacionamento. Elemento e estrutura na forma e significado dos espaços urbanos – Porto”, tese de Doutoramento, FAUP.

Actividades de Curadoria, programação e produção de eventos culturais

Co-organiza na FAUP, as exposições: “Anuária’07”, “Anuária’08”, “Anuária’09”, e “Anuária’10”; exposições anuais que reúnem trabalhos das Unidades Curriculares do curso de MIArq; co-organiza o Ciclo de Aulas Abertas “Mapas e Diálogos da Arquitectura Contemporânea”, no âmbito da DiPDARq e com início a 1 de Fevereiro de 2017; co-organiza as Oficinas Didáticas *The Thinking Hand* “Todos no Sofá” (14/2/2017) / “Chi-bos Sabichões” (13/3/2018) / “A Casa do Espaço” FLanhas 1958-62 (19/3/2019) que procuram visitar as perspectivas do pedagogo James G. Legge (1914) e do arquitecto Juhani Pallasmaa (2009), no âmbito da DiPDARq; co-organiza o Ciclo de Conferências “Território(s) da Arquitectura Portuguesa: imaterialidade e circunstância(s)”, no âmbito da DiPDARq, entre 11 de Outubro e 8 de Novembro de 2017; co-organiza o Ciclo de Palestras “EDUCERE: Complexos, Implexos e Reflexos”, no âmbito da DiPDARq e com início a 21 de Fevereiro de 2018; co-organiza a exposição “e-Nunciar Fernando Lanhas. Tópicos Desenhados”, no âmbito do Projecto de Investigação “Do autor FLanhas: e-Nunciar o Espetáculo do (re)Conhecimento”, realizada na Fundação Instituto Marques da Silva, entre 18 de Maio e 18 de Junho de 2019.

3. Projeto Curatorial “Do Espaço Público, hoje”

3.1. Da Contemporaneidade do Espaço Público: desígnios, âmbitos e temáticas

Numa época de instabilidade paradigmática quanto aos processos de regulação, transformação e concretização, entre modelos, modalidades, valores, e usos, do espaço público e da própria cidade, não deixa de ser surpreendente a quantidade de projetos e realizações focadas neste âmbito de atuação específico da Arquitetura. Neste contexto, talvez nunca se tenha requalificado, criado e até teorizado a propósito, em quantidade tão relevante como na atualidade.

Esta convocatória vem, de certo modo, confirmar a importância e relevância que o espaço público adquiriu nas últimas três décadas, potenciada pela singularidade da intervenção por Grandes Projetos Urbanos, quer nas práticas disciplinares da arquitetura, quer no exercício da própria cidadania.

Assim, reconhecendo os desígnios, é especial o desafio de reconhecer e estabelecer os âmbitos, as temáticas e, sobretudo, critérios de seleção de 80 obras, pois, se a dificuldade decorre naturalmente do próprio ato de selecionar, esta eleva-se perante a grande quantidade e diversidade de temas e problemas próprios das circunstâncias territoriais das obras construídas. Contudo, acima destas dificuldades reside, ainda, a subjetividade dos entendimentos (conceito/terminologias/significados) acerca do espaço público, particularmente resultantes da diversidade de pontos de vista, próprios e emergentes, das múltiplas disciplinas que o “envolvem” -entre a ética, a estética e a técnica-, especialmente quanto ao sentido, ao papel e às formas que este pode adquirir na “construção” da cidade e da sociedade, contemporâneas. O que parece, contudo, consensual é que o conceito e as formas do espaço público se revelam sujeitos a múltiplas significações, também, em função dos contextos territoriais políticos e culturais implicados.

Neste cenário, e pelas qualidades do desafio, esta candidatura considera que as **obras a selecionar devem estar conceituadas e ancoradas**, objetivamente, **na ideia de forma construída**, reconhecendo ao desenho do espaço público a condição primordial da organização do espaço da (vida na) cidade. Ou seja, pela especificidade e natureza (teórica e prática) da disciplina da Arquitetura, interessa-nos a reflexão sobre intervenções arquitetónicas concretas, dotadas de desígnios e de formas significantes na transformação da realidade onde se inserem. Estamos, portanto, perante uma oportunidade excecional de reconhecimento, divulgação e reflexão: um desafio aliciante para a Arquitetura.

Perante o universo alargado e a intrínseca dispersão das obras, estabelecemos como fundamental um conjunto de premissas que visam balizar a composição da seleção pretendida, diversificada e abrangente, como amostra representativa de projetos, parcial ou totalmente construídos, reveladores de capacidades de resposta às distintas questões colocadas nas exigências da transformação da cidade contemporânea, suas dinâmicas e (des)equilíbrios. Neste cenário, revela-se, ainda, a especificidade e a potência de espaços de carácter e programas excepcionais (como infraestruturas, equipamentos, *shopping malls*, estações de serviço, recintos desportivos,...), de uso regulado e condicionado, como estruturas e sistemas espaciais complexos que adquirem significado e estatuto de referência no sistema de espaço público em que se inserem. Neste âmbito, inscrevem-se os espaços exteriores que conformam realidades urbanas alargadas, emergentes, em territórios interurbanos e na paisagem, que se revelam como referências e lugares de sociabilidade ou representação, podendo, assim, constituir-se como sistemas de lugares de reconhecida dimensão pública e identidade, pelo que não podem “ficar de fora” dos seleccionáveis.

A par das realizações, ditas, comuns ou canónicas em matéria de espaço público, emergem, ainda, valências de espaços, lugares ou eventos, reflexo de modos de vida comum ou excepcional que, por divergência, fazem vacilar os arquétipos tradicionais, e abrem “novas fronteiras” e inquietações, onde o “público” se realiza e materializa. Nestas novas fronteiras ou vibrações em que os sentidos do espaço público tradicional podem estar em causa, emergem espaços (e/ou suas componentes) que podem não se encaixar nos habituais modelos e figurações, mas integrarão valores de exemplaridade.

Deste modo, as candidaturas de projetos de Espaço Público com obra, total ou parcialmente construída, enquadram-se nos **três âmbitos** seguintes:

- sistemas de incidência territorial e relevância infraestrutural, programática e/ou ambiental;
- espaços de carácter urbano e relevância na vivência local;
- lugares ou eventos de valor singulares com relevância cultural.

3.2. Dos critérios para uma amostra representativa

Como já referimos, para a seleção das obras importam tanto os **desígnios** como os **problemas** da condição urbana contemporânea, na perspetiva do reconhecimento e organização dos **âmbitos** e das diversas **temáticas** no projeto do espaço público: da cidade consolidada (memória, tradição e reinvenção), (“existente” ou “emergente”, reconhecível ou inquietante) à complexidade e impacto das geografias e infraestruturas territoriais, pelo papel do espaço público na requalificação, consolidação e expansão, do perene ao efémero, eleva-se-ão, sempre, os lugares da Democracia e da cidadania. É nesta perspetiva que o projeto curatorial “**Arquitetura do Espaço Público, Hoje**” se configura.

Não é fácil valorar uma obra de espaço público, sobretudo se se reconhece que esta implica uma avaliação ponderada sobre os níveis de apropriação por parte dos cidadãos, residentes e/ou visitantes, como fator representativo do nível de adequação e (re)equilíbrio. Contudo, como critério primordial, como e para a Arquitetura, importará, sempre, **a capacidade de determinado/a projeto/obra** de espaço público, para além de expressar desígnios político-programáticos, económicos e socioculturais, **se constituir como uma “tecnologia de intervenção” consequente, particularmente na qualificação, indução e/ou orientação da continuada transformação da realidade territorial e/ou urbana**, suas circunstâncias, contextos e envolventes. Deste modo, pretende-se que o lote de obras a selecionar reforce o papel disciplinar da arquitetura na transformação da cidade e na construção dos seus espaços públicos, afirmando a relevância do projeto como instrumento e veículo do desenho da cidade.

Objetivando os âmbitos apontados, consideramos valorizáveis como **critérios** para seleção as realizações de espaço público que sejam exemplarmente representativos dos seguintes **critérios**:

- valorização das componentes múltiplas de uma sociedade democrática;
- qualificação do carácter coletivo e interpessoal;
- valorização da cidade como lugar habitável entre residentes e visitantes;
- consideração dos valores identitários e de integração cultural;
- reforço da carga simbólica, incorporando a história e a memória do lugar;
- adoção de soluções de desenho e materiais inclusivos e acessíveis;
- consideração da mobilidade como fator de sustentabilidade e coesão;
- integração estratégica dos modos de mobilidade;

- adoção de gestão equilibrada dos usos preexistentes e dos requisitos funcionais que a atual vivência urbana faz emergir;
- resolução de problemas ambientais ou de sustentabilidade urbana, designadamente ao nível dos recursos energéticos, poluição e tratamento de resíduos;
- Integração de processos singulares de participação pública.

3.3. Da seleção

A seleção decorrerá da avaliação dos conteúdos dos materiais gráficos apresentados pelos candidatos, em suporte e formato a definir, com a seguinte informação:

- apresentação geral do projeto, programa e circunstâncias;
- inserção no contexto de intervenção;
- caracterização geral do projeto;
- informação complementar representativa;
- imagens fotográficas que permitam aferir a transformação realizada;
- imagens fotográficas representativas do ambiente urbano resultante;
- elementos escritos, gráficos e/ou audiovisuais considerados adequados.

Serão considerados elegíveis para seleção as realizações de espaço público (obra nova, ou requalificação) realizados por arquitetos portugueses em Portugal Continental, Regiões autónomas e no estrangeiro, concluídos entre 2012 e 2017, podendo as candidaturas ser realizadas pelos autores ou pelos seus promotores. No caso de realizações longas ou cuja construção foi planeada em fases poderão ser admitidas a concurso desde que a fase concluída permita avaliar o impacto urbano e social do projeto.

3.4. Ações de promoção e divulgação

As ações de promoção e divulgação do “Arquitetura do Espaço Público, Hoje”, Habitar Portugal 2012-17 incidirão nas seguintes iniciativas:

- programação e realização de exposição projetada para espaços de referência em Lisboa e no Porto;
- programação e realização de um modelo de exposição itinerante, entre 2020 e 2021, na perspetiva da difusão em diversos e alargados contextos territoriais;

- programação complementar para o reconhecimento e reflexão sobre as qualidades e exemplaridades da amostra e das intervenções (conferências, diálogos e visitas guiadas);
- e publicação de um catálogo da seleção de projetos/obras exemplares da “Arquitetura do Espaço Público, Hoje” Habitar Portugal 2012-17.

4. Declarações de aceitação de Candidatura do Comissariado

4.1. Luís Viegas

Declaração de aceitação

Luís Sebastião da Costa Viegas, membro da Ordem dos Arquitectos (SRN) com o nº 5590, de membro da Secção Regional Norte, cartão do cidadão nº 8578235, declara que aceita integrar a equipa que se candidata ao concurso para a seleção do comissariado do Habitar Portugal 2012/17 – Espaço Público, declara ainda que aceita as condições e o regulamento que regem o respetivo concurso.

Porto, 31 de maio de 2019



Luís Sebastião da Costa Viegas

Declaração de aceitação

João Rodrigo Parreira Coelho, membro da Ordem dos Arquitectos (SRN) com o nº 7713, de membro da Secção Regional Norte, cartão do cidadão nº 9564192, declara que aceita integrar a equipa que se candidata ao concurso para a selecção do comissariado do Habitar Portugal 2012/17 – Espaço Público, declara ainda que aceita as condições e o regulamento que regem o respectivo concurso.

Porto, 24 de Maio de 2019



João Rodrigo Parreira Coelho

4.3. Rui Américo Cardoso

Declaração de aceitação

Rui Américo Branco da Silva Cardoso, membro da Ordem dos Arquitectos (SRN) com o nº 5476, de membro da Secção Regional Norte, cartão do cidadão nº 8936989, declara que aceita integrar a equipa que se candidata ao concurso para a seleção do comissariado do Habitar Portugal 2012/17 – Espaço Público, declara ainda que aceita as condições e o regulamento que regem o respetivo concurso.

Porto, 31 de maio de 2019



Rui Américo Branco da Silva Cardoso

SECÇÃO REGIONAL NORTE

Rua Álvares Cabral, 144
4050-040 Porto, Portugal
T: +351 222 074 250

global@oasm.org
www.oasm.org
F: +351 222 074 259



CERTIDÃO

NÚMERO

1000025/2019

EMIÇÃO

08-03-2019

VALIDADE

08-03-2019 a 08-09-2019

Validação do Documento

N.º Membro OA: 5590

Código de Validação: NDC5AF3A6B16206

Para verificar a autenticidade deste documento aceda a www.ordemdosarquitectos.pt opção "validação documentos" e introduza o número de membro e código de validação acima indicados.

A Ordem dos Arquitectos, associação pública profissional, ao abrigo do Estatuto da Ordem dos Arquitectos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, na redacção da Lei n.º 113/2015, de 28 de Agosto, certifica que **Luis Sebastião da Costa Viegas**, com o número de identificação civil 8578235, se encontra inscrito nesta Ordem profissional com o número de membro 5590 desde 15-11-1994.

Claudia Costa Santos, arquitecta

Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos

Enquadramento legal para o exercício da profissão:

- Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho, e artigo 44.º, n.º 2 e n.º 3, da Lei n.º 113/2015, de 28 de Agosto, primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitectos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, - "... **elaborar e apreciar estudos, projectos e planos de arquitectura, e (...) intervir em estudos, projectos, planos e actividades de consultadoria, gestão, fiscalização e direcção de obras, planificação, coordenação e avaliação, reportadas à edificação, urbanismo, concepção e desenho do quadro espacial da vida da população, visando a integração harmoniosa das actividades humanas no território, a valorização do património construído e do ambiente**";

- Anexo I da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho - **exercer a função de coordenador de projecto** em obras até ao valor correspondente à classe 4 de alvará;

- Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho - **exercer a função de director de obra** em obras até ao valor correspondente à classe 2 de alvará, com as excepções previstas no dito anexo;

- Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho - **exercer a função de director de fiscalização de obra**, em obras até ao valor correspondente à classe 2 de alvará, com as excepções previstas no dito anexo;

- Anexo IV da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho - **exercer a função como técnico responsável pela condução da execução de trabalhos de especialidades** em obras de classe 6 de alvará, nas seguintes subcategorias da categoria Edifícios e património construído: Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias, Estuques, pinturas e outros revestimentos, Carpintarias, Trabalhos em perfis não estruturais, Instalações sem qualificação específica, Restauro de bens imóveis histórico-artísticos, Armaduras para betão armado, Cofragens, Impermeabilizações e Isolamentos;

- Decreto-Lei n.º 292/95, de 14 de Novembro - **elaborar Planos de Urbanização e de Pormenor, Planos de Salvaguarda e Valorização, Projectos de operações de loteamento urbano**;

- Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de Agosto, por interpretação conjugada com o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho - **elaborar estudos de comportamento térmico**;

- Artigos 16.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro - **preencher as fichas de segurança e elaborar projectos de segurança contra incêndios em edifícios da 1.ª e 2.ª categoria de risco**;

- Artigo 18.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, por interpretação conjugada com o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho - **elaborar planos de segurança e saúde**;

- Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro e Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março - **plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição**;

- Portaria n.º 113/2015, de 22 de Abril - **elaborar Planos de Acessibilidades**.